



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ATA DE REUNIÃO

40ª Reunião do Conselho de Participação do FEP, realizada por videoconferência.

Aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, o Conselho de Participação do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – CFEP reuniu-se com a presença dos representantes titulares e suplentes abaixo relacionados:

NOME - REPRESENTAÇÃO - ÓRGÃO/ENTIDADE INDICANTE

- Manoel Renato Machado Filho - Conselheiro Titular - Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos - SEPPI/CC/PR
- Bartira Tardelli Nunes - Conselheira Suplente - Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos - SEPPI/CC/PR
- Zarak de Oliveira Ferreira - Conselheiro Titular - Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO
- Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla - Conselheira Suplente - Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO
- Marcos Neves Torreão - Conselheiro Suplente - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
- Paula Coelho da Nóbrega - Conselheira Titular - Ministério das Cidades - MCidades
- Johnny Ferreira dos Santos - Conselheiro Suplente - Ministério das Cidades - MCidades
- Karla Christina França - Conselheira Suplente - Confederação Nacional de Municípios - CNM

Também participaram:

- Bruna Sakamoto e Alber Herbert Vasconcelos, da CAIXA/GEFUS, Administradora do FEP;
- Denis Mendes de Melo Matias da CAIXA/GEDEP;
- André Arantes Luciano, André Oliveira de Araújo, Cynthia Campos Rangel, Márcio Fioravanti, integrantes da equipe de assessoria da Secretaria Adjunta de Infraestrutura Social e Urbana da SEPPI/CC/PR.

Relato da reunião:

O convite da 40ª Reunião do CFEP foi encaminhado pela SEPPI aos conselheiros na data de 17 de fevereiro de 2025, por meio eletrônico. Os documentos técnicos referentes aos itens de deliberação para análise prévia foram disponibilizados no dia 17 de fevereiro de 2025.

Abertura: Comunicações iniciais da SEPPI. Boas-vindas aos novos conselheiros, Paula Nóbrega e Johnny Santos, representantes do Ministério das Cidades. Foram citados os itens da pauta, sendo 4 informes e 2 item de deliberação.

1 - Informes

• 1.1. Carteira de projetos do FEP (jan/2025)

1. A representante da SEPPI apresentou os dados atualizados da carteira ativa do FEP, com detalhes sobre estágios e setores apoiados: 69 projetos, sendo 40 em andamento e 29 leiloados (data-base: 31/01/2025), não havendo mudança em relação ao universo de contratados apresentado em set/2024.
2. Em complementação, o representante da SEPPI informou sobre a perspectiva de ampliação da carteira de projetos contratados no curto prazo, considerando a convocação para assinatura com o FEP de 5 projetos selecionados no Chamamento de Educação Infantil e de 1 projeto selecionado no Chamamento de Resíduos Sólidos Urbanos, além dos novos projetos-piloto, sendo 1 de Geração Distribuída, 1 de Saúde e 3 de Habitação para Locação Social.
3. Considerando a Resolução nº 73 que deliberou pelo apoio à estruturação, em caráter de projeto-piloto, de até 10 (dez) propostas subnacionais adicionais no setor de habitação para locação social e que ainda restam slots livres, o representante da SEPPI solicitou apoio das entidades municipalistas na divulgação de informação sobre a continuidade da prospecção de novos projetos-piloto pelo governo federal.

• 1.2. Leilões

4. A representante da SEPPI apresentou a lista dos 8 leilões realizados em 2024, sendo 7 no setor de Iluminação Pública e 1 no setor Socioeducativo, o qual resultou em licitação deserta.
5. Em seguida foi apresentada a lista dos 24 leilões previstos para 2025, entre os quais, o projeto de Unidades Socioeducativas do Governo de MG, que será relicitado. Outros a serem leiloados são projetos selecionados nos chamamentos de Iluminação Pública e de Resíduos Sólidos Urbanos e os primeiros projetos-piloto apoiados pelo FEP nos setores de Educação Infantil e Habitação para Locação Social. A respeito do setor de Água e Esgoto, o representante da SEPPI informou que há apenas 1 projeto em estruturação, com previsão de leilão em 2025, pois houve mudança de estratégia do governo federal para o setor, e não houve manifestação de interesse em dar continuidade ao chamamento por parte da Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério das Cidades, apesar de haver municípios interessados que procuram espontaneamente a SEPPI. O representante do Ministério das Cidades informou que conversará a respeito com a SNSA.

• 1.3. Situação Orçamentária e Financeira (dez/2024)

6. Em seguida, a representante da SEPPI discorreu sobre a situação financeira do FEP, apresentando o balanço financeiro com base nos dados disponibilizados pela Administradora referentes ao 4º trimestre de 2024, destacando-se os recursos já comprometidos e a disponibilidade do fundo, considerando o horizonte de gastos com base no planejamento realizado.
7. A respeito dos recursos reservados para o Chamamento de Educação Infantil, informou-se que há um saldo remanescente de 4,6 milhões, do total de R\$ 30 milhões a serem inicialmente suportados pelo FEP, considerando os R\$ 50 milhões a serem aportados pelo MEC/FNDE, totalizando o limite de até R\$ 80 milhões autorizado pela Resolução nº 58, de 30/11/2023. Tendo em vista que o MEC ainda não aportou recursos no FEP mas que há uma quantidade grande de entes habilitados no Chamamento de Educação Infantil e que, reservados os recursos necessários para aplicação nos demais setores já planejados, ainda restam recursos disponíveis, os conselheiros concordaram que na medida da disponibilidade do FEP e respeitado o limite autorizado de R\$ 80 milhões, novos projetos que aguardam na fila do Chamamento de Educação Infantil sejam convocados para contratação.
8. Em relação à situação orçamentária, informou-se que há cerca de R\$ 16,5 milhões inscritos no RAP 2025, aguardando a publicação de decreto de movimentação financeira, além da previsão de R\$ 40 milhões no PLOA para 2025, em análise pelo Congresso.

• 1.4. Monitoramento Trimestral do Plano Estratégico (dez/2024)

9. A integrante da equipe de assessoria da SEPPI informou que os conselheiros receberão por email o informe elaborado pela Administradora a cada ciclo de monitoramento trimestral com a situação do andamento de cada uma das 37 iniciativas estratégicas e o quadro atualizado com a apuração dos indicadores. Resumidamente, informou que das 9 metas definidas, 4 foram alcançadas (% projetos leiloados com sucesso (dinâmico); nº alunos capacitados por ano; % patrimônio líquido; % setores apoiados pelo FEP na carteira do PPI) e 5 não foram alcançadas (% projetos leiloados com sucesso (estático); % projetos inseridos no SIFEP; nº de projetos apoiados acumuladamente e simultaneamente; % resposta à pesquisa de satisfação). Justificou-se que parte das metas não alcançadas está relacionada à desaceleração dos procedimentos de contratação e licitação observada durante o período eleitoral das prefeituras.

10. Em relação às iniciativas com situação em andamento ou não iniciadas até dez/2024, ressaltou-se que há iniciativas em diferentes estágios de execução e que uma parte relevante deverá ser concluída neste ciclo atual. O que ficar pendente será objeto de discussão e reavaliação em março e poderá resultar na definição de novas iniciativas estratégicas para 2025.

11. Em seguida a representante da CAIXA/GEFUS, Administradora do FEP, apresentou o andamento das metas e iniciativas para o 4º trimestre de 2024, dando destaque para as 08 iniciativas concluídas no período:

- Aperfeiçoar a minuta padrão de contrato de prestação de serviços do FEP
- Adaptar as minutas de contrato do FEP com o ente público à nova lei de licitações
- Promover a realização de cursos de capacitação em concessões e PPP para os entes federativos
- Implementar ações de capacitação de novos agentes estruturadores;
- Prospectar novas parcerias para a realização de projetos;
- Participar de eventos externos para divulgação das ações do FEP junto aos atores relevantes;
- Prospectar oportunidades junto a parceiros estratégicos;
- Fomentar a participação dos entes e da Administradora do FEP nos Diálogos PPI.

12. Na sequência foi apresentado o quadro dos indicadores e metas com a apuração dos resultados alcançados até dez/2024.

13. Sobre a Pesquisa de Satisfação com os contratantes do FEP, a representante da Administradora informou que a sua realização foi intencionalmente transferida para o início de 2025, com o objetivo de obter maior participação dos entes.

14. Os conselheiros não apresentaram dúvidas nem solicitaram esclarecimentos adicionais e os representantes da Administradora encerraram a sua participação.

2 - Apresentações

• 2.1. Apresentação da SEPPI sobre a proposta de diretrizes para seleção e apoio a empreendimentos públicos federais

15. O integrante da equipe de assessoria da SEPPI destacou que o ineditismo e a complexidade de uma PPP federal demandam o estabelecimento de diretrizes específicas para o trâmite de propostas federais para o apoio do FEP, abrangendo diferentes etapas.

16. Foi informado aos conselheiros o passo-a-passo do processo de instrução da demanda para apoio do FEP. Em síntese, a instrução da demanda tem início no Ministério Setorial competente pela política. Se verificada a viabilidade técnica preliminar do projeto por parte do Agente Estruturador, a proposta será submetida à deliberação do CFEP sobre o apoio do fundo à realização dos estudos e estruturação do projeto para licitação.

17. A fim de otimizar o dispêndio de recursos do FEP, sugere-se condicionar a formalização do contrato de prestação de serviços à Resolução do CPPI e a sua eficácia à promulgação do Decreto de qualificação no PPI. A qualificação no PPI, por sua vez, segue rito próprio e requer a apresentação do formulário do Modelo de 5 Dimensões.

18. A representante do MPO perguntou acerca das vantagens de antecipar a deliberação do CFEP em relação à qualificação no PPI. O representante da SEPPI informou que se trata apenas de garantir a flexibilidade à Administradora para agilizar os procedimentos e acelerar a contratação, sem gerar risco ao FEP.

• 2.2. Apresentação da SEPPI sobre a proposta de apoio a empreendimento público federal de eficiência energética dos edifícios públicos do complexo da Presidência da República

19. O representante da SEPPI destacou que se trata de projeto de grande relevância e que trará muita visibilidade para o modelo de contratação por PPP e para o apoio do FEP.

20. O integrante da equipe de assessoria da SEPPI discorreu sobre as 2 vertentes nas quais se ancora a eficiência energética: geração de energia e redução do consumo.

21. O integrante da equipe de assessoria da SEPPI destacou os principais aspectos motivadores da proposta de eficiência energética dos edifícios públicos do complexo da Presidência da República:

- Baixa eficiência sistêmica e operacional de equipamentos elétricos das edificações do complexo, como sistemas funcionais para cargas de iluminação artificial interna e externa, condicionamento térmico de ambiente, aquecimento de água, envoltório térmico, transporte vertical, e supervisão e controle de dados;
- Alto custo da energia adquirida no mercado cativo de energia;
- Seguir as diretrizes de redução de emissão de gases de efeito estufa, por meio de fontes renováveis de energia;
- Manter ou ampliar todos os requisitos de segurança, disponibilidade e arquitetônicos.

22. Por fim, os conselheiros foram informados de que há uma estimativa de redução do consumo de energia da ordem de 50%.

• 2.3. Apresentação do Agente Estruturador CAIXA/GEDEP - Proposta de precificação para o assessoramento técnico CAIXA

23. O representante da CAIXA/GEDEP fez uma apresentação sobre as premissas que nortearam a avaliação do custo dos serviços de assessoramento técnico:

- Utilização da experiência CAIXA em estruturas pretéritas;
- Similaridade dos estudos técnicos com o setor de Iluminação Pública e Geração Distribuída;
- Complexidade na instrução jurídico-institucional e de garantias;
- Necessidade de desenvolvimento de novos fundamentos e informações para o setor;
- Prazo de 12 meses para estruturação.

24. Adicionalmente, esclareceu que os valores propostos consideraram as especificidades dos prédios envolvidos, tanto do ponto de vista da sua relevância em termos de patrimônio histórico, como das restrições de acesso e questões de segurança das edificações dada a circulação de autoridades.

25. O representante da CAIXA/GEDEP apresentou a lista das principais macro atividades a serem executadas:

- Levantamento de características construtivas, operacional, ocupação e uso;

- Avaliação dos sistemas existentes e sua compatibilidade/suficiência;
- Definição dos conceitos de eficiência para cada sistema;
- Elaboração dos projetos referenciais, modelos econômicos, estrutura contratual, etc.

26. Utilizando como parâmetro o credenciamento vigente para os setores de IP/Geração Distribuída/Gestão Semafórica, cuja documentação está disponível no portal Consultas Públicas (caixa.gov.br) - Consulta Pública nº 518/2024 Tomada de Preços PPP -IP/Geração Distribuída/Gestão Semafórica, chegou-se à precificação apresentada de R\$ 1.021.857,64 para a prestação dos serviços de assessoramento técnico. O valor total considerando a contratação de consultorias consta da Nota Técnica GEDEP nº 03/2025.

27. Em resumo, por se tratar de setor inovador, pela complexidade e características ainda não totalmente mapeadas, o projeto traz desafios específicos para os estudos voltados à sua estruturação, onde há possibilidade de se utilizar o conhecimento adquirido em estruturas pretéritas, porém há necessidade de se desenvolver novos fundamentos e informações para o setor.

28. Em relação ao questionamento da representante do MPO sobre o fato da precificação da CAIXA não mencionar o Palácio do Jaburu, o representante da CAIXA/GEDEP esclareceu que a intenção é contemplar o máximo de edificações possível, pois trará ganhos de escala ao projeto.

29. O integrante da equipe de assessoria da SEPPI confirmou a inclusão do Palácio do Jaburu no projeto, conforme demanda do ministério setorial.

30. Os conselheiros não solicitaram esclarecimentos adicionais, desta forma o representante do Agente Estruturador CAIXA encerrou a sua participação.

3 - Deliberações

31. Em seguida, não havendo nenhuma solicitação de esclarecimento ou comentário adicional, o representante da SEPPI abriu a votação.

32. A representante do MPO sugeriu um aprimoramento da redação da ementa da Resolução nº 76, de forma a deixar mais claro a que se refere o apoio do FEP.

33. O CFEP **deliberou por unanimidade pela aprovação da Resolução nº 75**, que estabelece diretrizes para a seleção e apoio a empreendimentos federais; **e por unanimidade pela aprovação da Resolução nº 76**, que delibera pelo apoio à elaboração de estudos para estruturação de projeto de parceria público-privada - PPP de empreendimento público federal de eficientização energética dos edifícios públicos do complexo da Presidência da República, com os ajustes sugeridos na redação da ementa.

34. A SEPPI encaminhará as minutas de Resolução nº 75 e nº 76 aos conselheiros para validação final e assinatura.

4 - Pautas futuras

35. Foram citados os itens de pauta que deverão ser trazidos para deliberação do CFEP nas próximas reuniões.

- Regulamento da política de recuperação de recursos;
- Até 7 pilotos de habitação para locação social; e
- Sistema de Informações do FEP - SIFEP.

36. As minutas de ata e resoluções serão encaminhadas aos conselheiros para apreciação e manifestação sobre eventual necessidade de ajustes na redação e posterior assinatura no SEI.

37. Nada mais havendo a acrescentar neste momento, foi encerrada a reunião.

Brasília, 20 de fevereiro de 2025.

Documento assinado eletronicamente

MANOEL RENATO MACHADO FILHO

Representante da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da
Presidência da República

Documento assinado eletronicamente

ZARAK DE OLIVEIRA FERREIRA

Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento

Documento assinado eletronicamente

MARCOS NEVES TORREÃO

Representante do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Documento assinado eletronicamente

PAULA COELHO DA NÓBREGA

Representante do Ministério das Cidades

Documento assinado eletronicamente

KARLA CHRISTINA FRANÇA

Representante da Confederação Nacional de Municípios



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Renato Machado Filho, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 28/02/2025, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Coelho da Nobrega, Usuário Externo**, em 28/02/2025, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karla França, Usuário Externo**, em 28/02/2025, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Neves Torreato, Usuário Externo**, em 28/02/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Zarak de Oliveira Ferreira, Usuário Externo**, em 28/02/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6396800** e o código CRC **8AD792E1** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0